



MP do Pará vai apurar acusação de venda de sentenças judiciais

A Procuradoria-Geral de Justiça do Pará instaurou, nesta terça-feira (16/7), um procedimento investigatório criminal para apurar a acusação de que juízes estaduais teriam cobrado propina em Santa Luzia do Pará, em 2014.

A denúncia se baseia em um áudio, divulgado recentemente nas redes sociais, que sugere que os magistrados venderam sentenças judiciais para o ex-prefeito municipal. A juíza auxiliar da Corregedoria, Rubilene Silva Rosário, presidirá a sindicância, com prazo de 30 dias para conclusão.

De autoria do procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, o PIC vai investigar se os juízes da capital Raimundo Moisés Flexa e Marco Antônio Castelo Branco receberam dinheiro do então prefeito de Santa Luzia, Adamor Aires, para ser reintegrado à chefia da prefeitura, de onde foi afastado à época por suposta prática de crime de compra de votos nas eleições de 2012.

O chefe do Ministério Público do Pará também informou durante a sessão que o corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, já foi notificado sobre os supostos áudios gravados pelo ex-prefeito de Santa Luzia do Pará, Adamor Aires. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MP-PA.*

Portaria 068/2019-CJRMB

Expediente 2019.6.001864-2

Date Created

17/07/2019